



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECOMENDACÃO Nº 01/2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS,
com fulcro no disposto no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº. 75/93, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, artigo 67, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 34/94 e artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO que o serviço de transporte individual de passageiros - TAXI – bem como o transporte coletivo de passageiros é um serviço de utilidade pública essencial, executado em nome do permissionário, por sua conta e risco, mas sempre nas condições e com os requisitos preestabelecidos pela Administração Pública concedente, que o controla em toda a sua execução, podendo nele intervir quando prestado inadequadamente aos usuários;

CONSIDERANDO que, à Luz do art. 175 da Constituição Federal, a permissão para exploração de serviço ou de utilidade pública, exige licitação nos termos do art. 2º. da Lei 8.666/93 e do art. 2º., IV da Lei 8.987/95;

CONSIDERANDO que a permissão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros - TAXI – e o de transporte coletivo de passageiros, quando delegadas pela Administração, se dá *intuitu personae* e, como tal, não admite substituição do permissionário, nem possibilita o traspasse do serviço ou do uso permitido;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSIDERANDO que o Município de Guanhães efetuou a outorga de diversas permissões para exploração do serviço de transporte individual e coletivo de passageiros sem o devido processo licitatório, o que consubstancia violação do princípio democrático e demais princípios constitucionais da Administração Pública, notadamente, os princípios da licitação pública, da legalidade, da impessoalidade, e da moralidade pública;

CONSIDERANDO que a população tem direito a um serviço de transporte individual e coletivo de qualidade, módico, contínuo, e universal;

Recomenda ao Município de Guanhães:

I - abster-se de outorgar a exploração do serviço de transporte individual e coletivo de passageiros, sob forma de permissão, concessão ou qualquer outro instituto jurídico, sem o devido e prévio procedimento licitatório, nos termos das Lei Federais 8.666/93 e 8.987/95;

II - abster-se de deferir ou autorizar a transferências de titularidade das permissões, concessões, ou qualquer outra modalidade em que foi outorgada a exploração do serviço de transporte individual e coletivo no Município;

III - promover a abertura de processo licitatório de permissões de TAXI e de transporte coletivo urbano e rural, no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

O não atendimento à presente Recomendação acarretará a tomada de todas as medidas legais necessárias à sua implementação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Encaminhe-se cópia da presente recomendação aos órgãos de imprensa locais, solicitando ampla divulgação.

Guanhães, 21 de março de 2013.

Assinatura manuscrita de Marcio Kakumoto.

MARCIO KAKUMOTO

Promotor de Justiça

Assinatura manuscrita de Josiane Moreira Soares Malaquias.

JOSIANE MOREIRA SOARES MALAQUIAS

Promotora de Justiça